

Prof.: Michel Debrun

Data : 6/5/1958

11ª Apostilha

A GEOGRAFIA POLÍTICA

A expressão geografia política tem dois sentidos principais: no primeiro, denota o estudo da influência dos elementos geográficos (o solo, o clima, a temperatura, o relevo da superfície, etc.) nos fenômenos políticos, em particular nas instituições políticas; no segundo, denota o estudo das correlações estatísticas entre os fenômenos políticos (principalmente a opinião pública) e os outros fenômenos sociais (o regime da propriedade, os modos de vida, as crenças religiosas, etc.) que se manifestam num determinado espaço geográfico.

Vamos considerar, sucessivamente, cada um desses ramos da geografia política.

I- O primeiro ramo - o clássico - assumiu grande importância a partir da 2ª metade do século XIX até a segunda guerra mundial, em virtude da pretensão de certos geógrafos, os "sociogeógrafos", em transformar a geografia política numa ciência social básica, a ciência humana social por excelência. Neste século um número considerável de autores procurou exaltar de um modo radical os diversos efeitos das condições geográficas sobre a conduta e a psicologia do homem, sobre a organização e os processos sociais, e sobre os destinos históricos de um grupo. Esses autores podiam ser filiados a três correntes principais:

1ª. A antropogeografia alemã (cf. particularmente a "Geografia Política" e "O Terreno, a Sociedade e o Estado" de Ratzel), que alcançou sua expressão mais forçada com os teóricos nazistas da "Geopolítica";

2ª. O "ambientalismo" ("Environnementalism") norte-americano, onde se destacam Miss Ellen Semple (Influence of geographic environment) e Huntington (Civilization and Climate);

3ª. A francesa, onde destacamos a "Escola da Ciência Social" de Le Play e as obras de vários romancistas por volta de 1900 (Maurice Barres, com "Os Desenraizados", Rene Bazin, com "A terra que morre", etc.).

No que se refere mais particularmente aos fenômenos políticos, os sociogeógrafos, notadamente Ratzel, pretendiam demonstrar que as condições geográficas determinam o volume de um corpo político, suas instituições, seu temperamento (dinâmico, por exemplo, desde que a ausência de fronteiras naturais constitui um "apelo" a conquista dos espaços abertos). Paul Bureau, um dos discípulos de Le Play, afirmou, em "O Camponês da Noruega", que os fiordes noruegueses (golfos estreitos e profundos entre montanhas altas) dividindo as populações, em vez de concentra-las, encorajava o individualismo e determinava a existência de um regime político democrático; enquanto as estepes das planícies asiáticas (região plana, semi-deserta ou muito seca, com grandes diferenças de temperatura), em virtude de seu caráter desértico, concentrando as populações, para permitir a sobrevivência, determinava a existência de um regime político comunitário muito mais orgânico do que o primeiro.

Acrescentemos que a sociogeografia tinha, geralmente, pretensões normativas, éticas. Estes autores pretendiam justificar tal ou tal forma de instituições políticas a partir das condições geográficas. Atitude ordinariamente reacionária: as condições geográficas, notadamente o terreno, se constituindo num elemento fixo, imutável - até bem pouco tempo - faziam com que esses pensadores acreditassem na necessidade da manutenção indefinida das mesmas estruturas políticas. Argumentavam: tendo um determinado país um tipo específico de terreno e de condições geográficas, essas condições impõem uma forma particular de civilização que, por sua vez, condiciona uma determinada forma de instituições e de comportamentos políticos; se as instituições se afastam do modelo originário devemos repeli-las, pois nos levariam inevitavelmente a um fracasso. Assim, na França, gostavam os romancistas tradicionalistas de celebrar o "equilíbrio" das paisagens francesas, sugerindo que a elas tem de corresponder atitudes e instituições políticas também "moderadas", cujo abandono, sob a impulsão dos teóricos "abstratos" e "desenraizados", acarretaria o "fim da França".

Mas vários argumentos invalidam as pretensões da sociogeografia, não só do ponto de vista político como humano em geral.

1.º. O fato do homem ser, êle mesmo, como Marx frequentemente considerava, um fator geográfico. O homem é um elemento que modifica continuamente o terreno, e o quadro geográfico que encontramos é, em larga margem, um quadro penetrado, trabalhado pelo homem.

2.º. O fato dos elementos geográficos não serem necessariamente utilizados do mesmo modo por povos diferentes. No México, por exemplo, temos o caso de duas tribos vizinhas que têm formas de civilização radicalmente diferentes: uma e constituída de pastores nômades e a outra por agricultores sedentários. Convém notar que o caso contrario pode acontecer, vários terrenos diferentes podem servir de base a um tipo de civilização idêntica.

3.º. O fato do aproveitamento da terra e dos elementos geográficos favoráveis dependerem de nossas crenças e das técnicas a nossa disposição, e que, elas mesmas, dependem da nossa situação histórico-social. Este caso tem sido bastante focalizado pelos etnólogos em seus estudos de tribos primitivas, nos quais demonstraram que certas tribos evitam matar certas espécies de animais ou colher determinadas qualidades de frutos devido as suas concepções religiosas. Aqui, também, temos um caso em que, em vez de ocorrer uma influência do terreno sobre o homem, é o homem quem vai selecionar dentro da natureza geográfica alguns elementos de que vai aproveitar-se, deixando de lado os demais.

Não podemos, então, admitir, hoje em dia, as pretensões da sociogeografia. Mas, isto não quer dizer que a geografia política no seu primeiro sentido, de estudo da influência dos elementos naturais sobre o homem, deva desaparecer. Apenas ela não deve apresentar-se como a disciplina-chave na compreensão dos fenômenos políticos, devendo aceitar a colaboração das demais ciências sociais.

Um exemplo desta orientação menos dogmática nos é fornecido por Braudel, historiador francês, em sua obra "O Mar Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo no tempo de Felipe II". Nesta obra, Braudel se esforça por demonstrar, através de razões principalmente, mas não exclusivamente, geográficas, que, no século XVI, o mundo mediterrâneo, isto é, os povos da orla do mar Mediterrâneo era um conjunto econômico, senão político, bastante unido, formando, portanto, um mundo.

Em sua obra, Braudel procura apresentar os motivos que levaram essas populações a ligarem-se entre si em vez de o fazerem com as populações do seu "hinterland". Para Braudel foram as seguintes, as motivações geográficas:

1ª. Os povos que habitavam a orla marítima do mar Mediterrâneo (franceses, espanhóis, turcos, etc.) estavam isolados por montanhas, que constituíam uma espécie de barreira natural, de seus respectivos "hinterlands". O que fazia com que olhassem mais um para os outros, do que para os povos dos seus respectivos "hinterlands".

2ª. As populações da orla marítima, em virtude da fertilidade da terra, eram mais ricas que os povos do interior, o que motivava constantes escaramuças entre elas. Essa hostilidade natural e normal determinava, em contrapartida, uma maior aproximação entre as populações da orla marítima.

3ª. O mar Mediterrâneo era, na época, o grande centro de tráfico do ouro, viesse ele do Sudão ou da América tinha de cruzar o Mediterrâneo. Esse tráfico intenso, em virtude do encaminhamento do ouro pelos vários portos, intensificava ainda mais a aproximação desses povos e determinava uma certa unidade econômica.

Porém, Braudel, nesta tentativa, justa e relativa, de explicar os fenômenos humanos a partir dos elementos geográficos, nos mostra imediatamente a relatividade de sua importância e a intervenção de outros fatores. Vejamos dois de seus argumentos neste particular:

1ª. O mar Mediterrâneo não tem uma unidade geográfica natural, como pode parecer a primeira vista, pois é formado por um conjunto de sub-mares (o mar Adriático, o golfo de Chipre, etc.) alguns bastante afastados do mar Mediterrâneo. Foi para realizar o tráfico do ouro. Que os homens fizeram uma ligação entre eles por intermédio da navegação. A própria unidade geográfica surgiu, então, a partir do esforço dos homens para realizar um tráfico unido.

2ª. O elemento político teve também uma grande importância na constituição ou na manutenção da unidade geográfica. A preponderância de uma potência sobre as outras, primeiro Veneza, depois a Espanha, a facilitou. Ora, tal preponderância sendo eminentemente mutável não pode ser devida (ou pelo menos inteiramente devida) as condições geográficas, bem menos flexíveis. Ela tem razões sobretudo históricas.

Devemos, também, levar em consideração um outro fato de grande importância. Quando nós pretendemos afirmar que um fenômeno determina um outro, essa ideia de causalidade de um fenômeno sobre um outro, de determinação de um pelo outro, é muito confusa e pode ser tomada em vários sentidos. Por exemplo: ela pode significar, no sentido mais forte, que o fenômeno citado não passa de simples prolongamento da sua causa. Era esse o sentido da palavra determinação na sociogeografia de Ratzel, de Semple e de Le Play, já que eles pretendiam determinar o homem pelos elementos geográficos, afirmando, mesmo, que o homem não passava de um simples reflexo, quase mecânico, dos elementos geográficos. Mas, a palavra determinação pode significar, num sentido mais prudente, que o homem e as civilizações humanas devem enfrentar certas con-

dições favoráveis ou adversas, que a sua ação não pode surgir de nada e sim a partir de uma determinada base. Se devemos manter o conceito de determinação do homem pela geografia, é nesse segundo sentido. O homem não pode fugir a realidade geográfica, mas essa - não dita a sua ação: apresenta-se como um conjunto de possibilidades de que o homem se aproveita diversamente, conforme a sua situação histórico-social. É a partir da sua posição histórica, da capacidade tecnológica que essa posição possibilita ou nega, que cada civilização vai responder ao desafio da natureza.

Temos um exemplo bem fixante, que vai justificar o nosso ponto de vista, no caso de Israel. É evidente que a política do Estado de Israel é inspirada por duas condições geográficas: a inimizade dos povos vizinhos e a natureza desértica do seu território. Porém, por um lado, podemos constatar que essa inimizade não é, ela mesma, propriamente geográfica, porquanto não podemos dizer que os territórios sírios, egípcios, etc. são, em si, inimigos do território de Israel. É, por outro lado, seria um absurdo afirmar que a política e a civilização de Israel não passa de um reflexo do deserto; muito pelo contrário, o que existe é um esforço contínuo da parte dos judeus para modificar o deserto, para contrapor-se a esse deserto, para triunfar sobre as condições geográficas. O mesmo acontece em vários graus com qualquer povo.

Dessas considerações podemos extrair três conclusões:

1ª. A importância dos fatores geográficos nem sempre se manifesta de uma maneira esmagadora num dado fenômeno social. Por outro lado, se o elemento geográfico influi na conduta humana o homem também influi nas condições geográficas;

2ª. Mesmo nos casos em que o elemento geográfico tem grande importância, essa importância não existe em si, já que não pode ser isolada das condições histórico-sociais. Exemplificando: é evidente que atualmente o tamanho de um país, como a Rússia, os Estados Unidos e o Brasil, será um fator de poder (já que, por um lado, as técnicas modernas permitem o aproveitamento racional das potencialidades dos grandes territórios e, por outro lado, sua extensão os torna menos vulneráveis, que os pequenos, a um ataque militar atômico) e que, ao contrário, o Estado de Israel, qualquer que seja a qualidade de suas técnicas, terá em suas dimensões reduzidas um sério obstáculo. Todavia, no século passado a grande dimensão territorial de um país constituía, geralmente, um obstáculo, em vez de um elemento favorável, a sua projeção internacional.

3ª. De um modo geral, a importância dos fatores geográficos tendem a diminuir com o decorrer dos tempos. Com o decorrer dos anos, a influência do homem sobre a natureza vem-se tornando mais intensa e extensa, chegando ao ponto de modificar os elementos geográficos básicos.

Finalizando, apesar da geografia política conservar, hoje em dia, uma grande importância, não podemos aceitar a importância que lhe davam os homens do século XIX. O geógrafo deve mostrar as oportunidades que a natureza oferece à ação humana, cabendo a história política e a sociologia política procurar investigar porque tais possibilidades são, num determinado momento, as colhidas em vez de outras.

II - Vejamos agora, rapidamente, a geografia política no segundo sentido. Esse tipo de estudo foi particularmente desenvolvido por André Siegfried, em França. Siegfried, em sua obra "O quadro político da França de Oeste", mostrou a existência de uma correspondência, nessa região de França, entre o catolicismo das populações e o fato delas votarem em geral a favor da direita. O autor estudou em cada povoado o grau de catolização e demonstrou que em função dele variavam as opiniões políticas. Siegfried levou, também, em consideração certos fatos: os modos de vida, os costumes e a própria forma dos campos; para demonstrar que eles correspondem a um tal ou qual tipo de crenças religiosas ou políticas.

É lógico que esses estudos são muito interessantes, mas eu acredito que nesse segundo sentido a geografia política não pode ser considerada como uma disciplina específica, pois é evidente que ela representa apenas um meio, ou um conjunto de meios, a serviço de outra disciplina, seja ela a geografia política no primeiro sentido, a história política ou a sociologia política. É, portanto, uma técnica e não uma disciplina com conteúdo autônomo.